

**MARCAS DE VIOLÊNCIA CONTEMPORÂNEA: REGULARIDADES  
ENUNCIATIVO-DISCURSIVAS EM CRIMES CONTRA MULHERES  
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS**

**MARKS OF CONTEMPORARY VIOLENCE: ENUNCIATIVE-DISCURSIVE  
REGULARITIES IN CRIMES AGAINST TRANSSEXUAL WOMEN AND  
TRANSVESTITES**

Laura Maria de Oliveira Madeu <sup>1</sup>

Universidade do Estado de Minas Gerais

Michelle Aparecida Pereira Lopes <sup>2</sup>

Universidade do Estado de Minas Gerais

**Resumo:** Apesar dos avanços legais relacionados aos sujeitos transgêneros, são recorrentes as violências contra esta comunidade, ou seja, ela está segura apenas nos níveis civil e jurídico. Visto que os discursos contribuem para a consolidação ou transformação de ditos e saberes acerca dos indivíduos, o presente trabalho visa a analisar regularidades enunciativas presentes em narrativas midiáticas de crimes contra mulheres transexuais e travestis na contemporaneidade. Entende-se que as regularidades corroboram a cristalização de sentidos disfóricos atribuídos aos transgêneros, fortalecendo discursos transfóbicos, conforme os ditames binários vigentes. Considerando o discurso em M. Foucault e as teorias de sexo/gênero de J. Butler, foram analisados doze enunciados recortados de notícias de assassinatos e agressões contra travestis e mulheres transexuais entre os anos de 2017 e 2021 postos em circulação pelo site G1.

**Palavras-chave:** discurso; regularidade; gênero; mulher trans; travesti.

**Abstract:** Despite legal advances related to transgender subjects, violence against this community is recurrent, in other words, it is only safe at the civil and legal levels. Since discourses contribute to the consolidation or transformation of sayings and knowledge about individuals, the present work aims to analyze enunciative regularities present in media narratives of crimes against transsexual women and transvestites in contemporary times. It is understood that the regularities corroborate the crystallization of dysphoric meanings attributed to transgender people, strengthening transphobic discourses, according to the current binary dictates. Considering M. Foucault's discourse and J. Butler's sex/gender theories, statements cut from twelve news reports of murders and attacks against transvestites and transgender women between 2017 and 2021 published on the G1 website were analyzed).

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras – Português pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Passos.

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos – Professora do Departamento de Letras e Linguística da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Passos. Email: michellelopes5@gmail.com

**Keywords:** discourse; regularity; gender; trans woman; transvestite.

**Submetido em 9 de outubro de 2024.**

**Aprovado em 2 de novembro de 2024.**

## **Introdução**

Segundo o dossiê publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, referente aos casos de assassinatos de travestis e transexuais em 2021, houve em torno de 140 assassinatos de transgêneros, sendo 135 de mulheres transexuais e travestis (Benevides, 2022, p. 30). Considerando-se os índices de homicídios nos anos anteriores, em 2017 foram 179 assassinatos; em 2018, 163; em 2019, 124 e em 2020, 175 (Benevides, 2022). O dossiê informou que 78% dos assassinatos registrados foram de mulheres transexuais e travestis em situação de prostituição, visto que estão diretamente expostas à violência, decorrente não só da prostituição, mas da exclusão e da dificuldade de acesso à educação e ao mercado de trabalho formal (Benevides, 2022).

Isso posto, este texto objetiva analisar os discursos midiáticos que retrataram os crimes cometidos contra transgêneros, priorizando a identificação de regularidades enunciativo-discursivas presentes nas narrativas observadas. O intuito de elencar as regularidades consiste em detectar quais mecanismos foram utilizados para descrever as vítimas e os seus respectivos crimes, percebendo quais sentidos os discursos midiáticos produziram em torno dos fatos, perpetuando ou não os sentidos já estabelecidos às mulheres transexuais e travestis.

Para isso, optou-se pelos trabalhos de M. Foucault, especialmente seus conceitos de discurso, enunciado e regularidade, a fim de apontar os movimentos discursivos negativos recorrentemente utilizados na construção dessas notícias, bem como analisar as regularidades presentes na maneira como as vítimas são apresentadas/nomeadas, na objetificação de seus corpos e identidades, no apagamento de seus laços afetivos, na descredibilidade de seus relatos, na legitimação do crime e, por fim, na sexualização de seus corpos.

Como se trata de crimes de cunho transfóbico, distinguiu-se sexo biológico, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, empregando as considerações e teorias de J. Butler em relação à construção dos sexos/gêneros nas sociedades.

Entendendo o sexo/gênero como um constructo discursivo ao qual os sujeitos têm suas identidades já generificadas, uniu-se as teorias discursivas de Foucault (2014, 2020) às teorias de gênero em Butler (2021).

O corpus de análise consiste em doze enunciados recortados de notícias de violência contra travestis e mulheres trans entre 2017 e 2021, do site de notícias G1 – O portal de notícias da Globo. Após análises de 90 notícias foram identificados seis tipos de regularidades enunciativas (sendo dois enunciados por tipo de regularidade) presentes nas narrativas midiáticas que corroboram a continuidade de sentidos produzidos e destinados às mulheres transexuais e travestis.

O artigo em questão é fruto de pesquisa de Iniciação Científica realizada no ano de 2021, custeada pelo Programa de Apoio à Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais – Papq/ UEMG – (Edital nº 05/2020), durante a qual analisou-se um corpus composto por notícias de crimes contra a comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queers, intersexuais e agêneros), mas este texto volta-se apenas para mulheres transexuais e travestis.

## **1. Sobre sexo biológico, orientação sexual, identidade e expressão de gênero**

Nos discursos familiar, religioso, científico e político é comum nos depararmos com afirmações e pensamentos como: Azul é para meninos e rosa é para meninas; meninos brincam com carrinhos e meninas, com bonecas; homens gostam de mulheres e mulheres gostam de homens; homens têm pênis e mulheres têm vagina. Permeadas por um binarismo excludente, as culturas heteronormativas fundamentam-se nos pares masculino/feminino, homem/mulher e macho/fêmea para a imposição de valores, normas e aceitação de seus indivíduos.

O sexo biológico, a presença dos órgãos genitais - pênis e vagina - articula e viabiliza um saber médico e científico que determina e classifica os sujeitos embasados em fatores genéticos, pois a dualidade pênis/vagina rege nomenclaturas e classificações a que os indivíduos estão sujeitos a partir do momento do nascimento. Assim, as identidades de gênero e as orientações sexuais são estabelecidas no senso comum conforme as distinções homem/ mulher e masculino/feminino, pois “a regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica.” (Butler, 2021, p. 47).

Em concordância com o Manual de Comunicação LGBTI+ idealizado pela

Aliança Nacional LGBTI+ e da rede GayLatino de 2021, sexo biológico diz respeito às características fisiológicas, como genitálias, cromossomos, composição hormonal, entre outros, que o indivíduo tem ao nascer. É do sexo biológico que partem as definições de macho, fêmea ou intersexual. (Neutrois, s/d, não paginado apud Reis; Cazal, 2021, p. 18). Entretanto, “não há gênero no sexo biológico em si, o que existe é uma expectativa social de gênero em relação ao corpo/genital.” (Caderno, 2017, não paginado apud Reis; Cazal, 2021, p. 18). Para o Manual, a orientação sexual considera a atração afetiva, sexual e emocional que os indivíduos são capazes de ter com sujeitos do mesmo gênero, de gênero diferente ou de mais de um gênero (Reis; Cazal, 2021, p. 21).

Apesar das múltiplas vertentes que abrangem a orientação sexual, a predominância e a maior visibilidade estão na heterossexualidade (atração por gênero oposto), na homossexualidade (atração pelo mesmo gênero) e na bissexualidade (atração por dois ou mais gêneros) (Reis; Cazal, 2021, p. 21). Assim, cabe ressaltar que as orientações sexuais não estão vinculadas apenas às abordadas nesta seção.

Como base para falas, ideais e ações de cunho preconceituoso, é comum relacionar sexo biológico e orientação sexual para classificar as identidades de gêneros, em que todos os sujeitos que não correspondem à heteronormatividade existente e defendida estão escapando das definições de normalidade, sendo conceituados como pervertidos e/ou aberrações, passíveis de serem excluídos, violados e violentados por uma sociedade que regula e proíbe os seus corpos.

Desse modo, deve-se salientar que a identidade de gênero corresponde à “percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino, agênero, de gêneros não binários ou de alguma combinação de dois ou mais gêneros, independente de sexo biológico.” (ABLGT, 2010, não paginado apud Reis; Cazal, 2021, p. 29). A identidade de gênero envolve a individualidade e intimidade dos sujeitos, sendo a percepção pessoal e única que alguém tem de si com base nas pluralidades de gênero. Relacionada à identidade, a expressão de gênero denota o modo como a pessoa se manifesta publicamente “por meio do seu nome, da vestimenta, do corte de cabelo, dos comportamentos, da voz e/ou características corporais e da forma como interage com as demais pessoas.” (Reis; Cazal, 2021, p. 29).

A complexidade envolta nas sexualidades e identidades ultrapassa os limites do fisiológico, do visível e do considerado aceitável, em que a cultura e as individualidades

são essenciais para a formação do indivíduo como ser sexuado. Porém, sabe-se que as definições de normalidade aceitas pelas sociedades não captam a diversidade apresentada por seus membros, atribuindo sexo, orientação e gênero desde o nascimento. Assim, o ser ontológico já predispõe de um aparato binário de classificação, em que as únicas possibilidades são os grupos dos normais e dos anormais.

A expectativa social em torno do gênero é abordada por Bulter (2021) em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, em que se desfaz a distinção entre sexo e gênero para defender que todos os corpos já são “generificados” desde a sua existência; “não há sexo que não seja já e, desde sempre, gênero.” (Salih, 2019, p. 89).

Com isso, não se deve entender que há algo no corpo que presuma um gênero em específico, mas que a generificação dos corpos acontece de tal maneira pelos discursos, que eles se consolidam como algo natural e cristalizado desde sempre. Portanto, discursos “[...] definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura.” (Butler, 2021, p.30).

São as configurações de gênero que perpassam os ditames da normalidade social, permitindo apenas os pares binários homem/mulher, macho/fêmea, masculino/feminino: ou se é um ou se é o outro. Seguindo esta lógica, não é difícil compreender o porquê de pessoas transexuais e travestis serem tão perseguidas e excluídas social, financeira e politicamente por uma sociedade na qual dentre todos os discursos produzidos acerca do corpo, apenas um – o binarista - é tido como verdadeiro. A pessoa transgênero possui uma existência

anormal e ilegal exatamente por colocar em evidência, tanto ontológica quanto juridicamente, a maior de todas as vulnerabilidades da ordem vigente, que é estar visceralmente fundada na total „naturalização “do dispositivo binário de gênero – homem/mulher ou masculino/feminino. (LANZ, 2016, p. 206).

Contrariando o que a esfera sociopolítica dita, os sujeitos transgêneros têm seus corpos constantemente alvos de intervenções médicas que buscam patologizar suas identidades com o intuito de classificá-los como doentes, perversos, logo passíveis de serem ajustados e ressocializados.

Entretanto, seus corpos não sofrem apenas com definições patológicas e respaldos médicos, mas também são alvos de uma violência enraizada e preconceituosa que pune, mata, mutila e agride pessoas trans, em especial as mulheres transexuais e travestis femininas. Vítimas de um sistema que não possibilita inserções nos meios educacionais,

profissionais e familiares, na maioria dos casos, a população trans é destinada ao ramo da prostituição e da pornografia.

Dessa forma, já que seus corpos são vistos como propriedades do erótico e do sexual, as violências sofridas por essa comunidade ainda não ocupam, como deveriam, espaço de visibilidade nos meios de comunicação. Um dos motivos para que isso ocorra é que esses corpos não sendo valorizados, deixam de serem merecedores de compaixão e de tratamento mais digno.

À vista disso, podemos considerar que os espaços narrativos midiáticos acerca de crimes contra mulheres transexuais e travestis femininas devem ser analisados e incorporados como meios de perpetuar uma crença transfóbica no trato com essas pessoas até mesmo nas circunstâncias de notificação de suas mortes e/ou agressões.

## **2. Identidades travestis e transexuais: concepções para além do binarismo**

Butler (2021) não defende que o gênero seja algo natural e proveniente de características biológicas do sujeito, mas que é “um processo que não tem origem nem fim, de modo que é algo que ‘fazemos’ e não algo que ‘somos’” (SALIH, 2019, p. 67). Logo, não há, necessariamente, relação intrínseca entre corpo e gênero.

Assim, Butler (2021) defende que uma sociedade heteronormativa embasar-se-á na classificação homem/mulher e masculino/feminino para definir os seus indivíduos; o feto no ventre de sua mãe já faz parte de uma categoria binária: ou é um gênero, ou será outro. A certidão de nascimento, a documentação do hospital, o registro em consultórios médicos, a matrícula em uma instituição de ensino, entre outras, apresentam o F de feminino e o M de masculino em seus formulários, “as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero.” (BUTLER, 2021, p. 42).

Esse padrão reconhecível de gênero dita o que é ser normal e permite que outros sujeitos possam ter suas identidades e corpos medicalizados, questionados e desvalorizados por não reconhecerem para si o gênero que lhes foi atribuído.

Os maiores alvos dessas práticas reguladoras e excludentes é a população transgênero, principalmente as transexuais e as travestis. Por não se identificar com sua identidade de gênero atribuída, este grupo subverte os ditames sociais, lutando para que seus corpos, suas identidades, suas vestimentas e seus comportamentos possam ser

expressos livremente. Diariamente, pessoas trans enfrentam dificuldades como rejeição familiar, falta de moradia, violências verbais, físicas, falta de oportunidade no mercado de trabalho, serviços de saúde e mentais inadequados, problemas em garantir nome social e documentação oficial etc. (REIS; CAZAL, 2021, p. 37).

A linha que diferencia transexualidade de travestilidade é tênue: transexuais são pessoas que não se identificam com o sexo e os gêneros atribuídos no nascimento. Além disso, transexuais “podem ou não desejar fazer terapias hormonais ou cirurgias de afirmação de gênero.” (CADERNO, 2017, não paginado apud REIS; CAZAL, 2021, p. 36).

No imaginário comum, transexuais são apenas os indivíduos que realizaram cirurgias e/ou procedimentos estéticos para readequação de sua identidade de gênero, entretanto, ser transexual não se restringe às intervenções cirúrgicas, mas a um fazer constante, seja nas vestimentas, no comportamento, no tratamento público, enfim, a construção de uma identidade e imagem que condizem com o que ela realmente é e luta para ser reconhecida.

Por fim, temos as distinções entre homem trans e mulher transexual, sendo o primeiro o sujeito de gênero masculino, embora tenha sido atribuído o sexo feminino ao nascer e a segunda corresponde à mulher de gênero feminino, apesar de ter sido biologicamente designada ao sexo masculino no nascimento. (REIS; CAZAL, 2021, p. 36).

Já por travesti, o Manual de Comunicação LGBTQIA+ diz ser

uma construção de gênero feminino, oposta ao sexo biológico, seguido de uma construção física de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade. Muitas modificam seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ ou cirurgias plásticas, porém, vale ressaltar que isso não é regra para todas (REIS; CAZAL, 2021, p. 39).

A feminilidade é um fator importante para as travestis, pois a construção e afirmação de suas identidades são fortemente apoiadas em aspectos femininos, como roupas, maquiagens, cabelos e acessórios. Assim, não é apenas o corpo que caracteriza o travesti, mas a expressão de sua identidade por meio de elementos oriundos de uma estética, comportamento e vestuário que definem o que é ser feminina.

As terminologias trans são recentes e ganharam visibilidade a partir de movimentos e associações, como o encontro nacional realizado pela Associação de

Travestis e Liberados (Astral), no Rio de Janeiro, em 1992. Ao longo dos últimos anos, outras siglas foram adicionadas ao LGBT, abarcando uma diversidade maior de orientações sexuais e identidades de gênero.

Contudo, o uso de termos e nomenclaturas para se referir às travestis e transexuais nem sempre ocorreu de forma positiva. Nos séculos XIX e XX, a medicina intensificou seu interesse nos aspectos da sexualidade, construindo um aparelho para classificação de “doenças” que fossem oriundas da sexualidade e do corpo. A medicalização dos corpos concentrava-se nos sujeitos que “além das práticas sexuais, exibiam comportamentos como a afeminação, a adoção de vestes associadas ao gênero oposto ou que mesmo demonstravam um desejo de pertencer inteiramente ao outro gênero” (OLIVEIRA, 2017, p. 5).

Até 2018, transexualidade e travestilidade eram consideradas transtornos mentais pela 10ª Classificação Internacional de Doenças (CID-10) em vigor desde 1990. Nela, constam: F64.0 Transexualismo; F64.1 Travestismo bivalente; F64.2 Transtorno de identidade sexual na infância e F65.1 Travestismo fetichista (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1998, não paginado).

Além da CID-10, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) de 2014 caracteriza como disforia de gênero o forte desejo de pertencer ao outro gênero, além de “forte desejo de ser tratado como o outro gênero [...] forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos do outro gênero.” (American Psychiatric Association, 2014, p. 453). O manual considera o “travestismo” (uso de roupas do sexo/gênero oposto) como indício deste transtorno.

O uso de termos disfóricos para se referir às travestis e mulheres trans produzem sentidos que deixaram rastro, regularidades que podem permanecer reverberando, produzindo na contemporaneidade, efeitos de sentidos negativos. Além disso, atribuir caráter patológico a algo implica que isto pode ser curado. A cura gay advém dessa patologização dos corpos e identidades homossexuais que não obedecem à matriz heterossexual. Por outro lado, discursos de resistência contra tais tipos de discursos de cura retratam a importância de se discutir a temática. O dito *não há cura para o que não é doença* opõe-se à visão médica destinada aos membros da comunidade LGBTQIA+ que rompem com a ordem vigente e binária e têm suas identidades igualadas às doenças.

A patologização de sujeitos trans e travestis no discurso médico também regulariza o caráter de entretenimento nacional, de modo que, nas décadas de 1970 e 1990, mulheres transgênero eram retratadas como “criaturas exóticas, exibidas em programas de TV principalmente durante o carnaval como símbolos de uma brasilidade caracterizada pela beleza peculiar, [...] e liberdade sexual.” (OLIVEIRA, 2017, p. 16). A ex-modelo Roberta Close exemplifica isso; durante as décadas de 1980 e 1990, Roberta foi um fenômeno do entretenimento e símbolo da sensualidade carnavalesca, sendo a primeira mulher trans a posar para a revista Playboy em 1984.

Todavia, tal cenário não excluía as violências contra a população trans, além de não impedir a omissão dos casos de violência nos jornais daqueles períodos. Os sujeitos trans eram vítimas recorrentes de batidas policiais, agressões, humilhação e extorsão (OLIVEIRA, 2017). Aqueles que eram vistos com travestis eram parados pela polícia e liberados, mas elas eram detidas pelo crime de prostituição, já que às travestis sempre foi associada a objetificação de seus corpos.

Destarte, percebe-se que a identidade trans é permeada por dificuldades sociais e políticas, além de terem seus corpos marginalizados e relacionados à satisfação e à objetificação sexual. Vítimas de um sistema que fere e deslegitima identidades, as transgêneros subvertem o binarismo reinante na sociedade e elucidam que os aspectos de identidade e expressão de gênero vão muito além do que é ditado como normal e correto.

### **3. Marcas da violência contra mulheres trans e travestis**

Segundo o *Relatório Mundial da Transgender Europe*, dos 325 assassinatos de transexuais registrados entre os anos de 2016 e 2017 em 71 países, 52% correspondem a casos ocorridos no Brasil. De acordo com o boletim do segundo semestre de 2021, da ANTRA, 80 pessoas trans foram mortas no primeiro semestre de 2021, além de 33 tentativas de homicídios registrados. No ano anterior, a mesma instituição divulgou os dados recordes de assassinatos contra transexuais e travestis: 175 casos ocorridos no país.

O Brasil é o país que mais matou transexuais em 2020. Entre os estados com mais ocorrências estão São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. Notória também foi a queda de quatro anos entre a idade da pessoa mais jovem assassinada na história do monitoramento: 17 anos em 2017 para 13 anos em 2021.

Segundo o site de notícias G1, a vítima Keron Ravach foi morta a pauladas em

janeiro no Ceará. Essa diminuição da faixa etária em crimes contra transexuais e travestis pode contribuir para a queda na expectativa de vida dessa população que está em torno de 35 anos.

A violência psicológica contra essa comunidade também merece visibilidade. Entre janeiro e junho de 2021, nove pessoas transexuais e/ou travestis se suicidaram. Vítimas de impactos emocionais oriundos das tipificações de violência, essa população ainda lida com a falta de políticas públicas e serviços de saúde específicos. Isso também impacta no otimismo quanto ao futuro; já que são constantemente violadas física e emocionalmente por uma sociedade para qual a violência transfóbica é, de certa forma, “passada de pai para filho, ensinada nas escolas, nas câmaras legislativas, nos púlpitos e cultos religiosos, na gestão pública, e alcança toda sociedade que segue passiva e co-responsável por essa barbárie.” (BENEVIDES, 2021, p. 6).

Contrapondo esse cenário, em 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal aprovou a criminalização da LGBTfobia. A decisão alterou a Lei 7716/89, incluindo homofobia e transfobia aos casos de racismo, intolerância religiosa e xenofobia na legislação. Porém, as estatísticas da violência contra essa comunidade evidenciam a discrepância entre os projetos de leis e direitos assegurados no papel; os crimes de ódio contra transexuais e travestis indicam a consolidação de uma ideia contrária aos sujeitos que não se enquadram à heteronormatividade.

Dessa forma, os discursos religiosos, educacionais, midiáticos, dentre tantos outros organizam processos de exclusão e separação que se refletem nas violências contemporâneas contra essa comunidade. Sendo assim, tais procedimentos “[...] se organizam em torno de contingências históricas [...] que são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem” (Foucault, 2014, p. 13).

Deve-se salientar que a violência de cunho transfóbico não é contemporânea: não é que transexuais e travestis passaram a ser mortas nas décadas de 2010/2020, mas que os discursos acerca desses crimes só encontram possibilidade de emergência recentemente.

Conforme Foucault (2014, p. 09), “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Em vista disso, a falta de visibilidade midiática durante as décadas passadas no Brasil foi efeito da ordem do discurso daqueles períodos que não

permitia a emergência desses discursos publicamente. Assim, a circulação de discursos sobre mulheres trans e travestis limitavam-se a conteúdos permeados por pensamentos e ideais transfóbicos compartilhados por uma sociedade heteronormativa.

Os discursos de desvalorização da identidade trans e, em consequência, a sexualização dos corpos transgêneros perpetuavam sentidos acerca deste grupo. Estes sentidos ditavam a forma que as mulheres trans e travestis eram tratadas e vistas socialmente, gerando discursos de aversão à comunidade, fortalecendo as práticas médico-científicas de patologizar estes corpos que eram descontínuos com a normalidade vigente. Dessa forma, a violência às quais eram vítimas não possuía um caráter relevante para a ordem vigente, já que a esfera da identidade transgênero não estava inserida na ordem do discurso de outrora.

Como exemplo, uma pesquisa com os termos transexual e travesti nos jornais *Tribuna da Imprensa* (RJ), *Jornal do Brasil* (RJ) e *A Tribuna* (SP) publicados durante 30 anos no Brasil, décadas de 1980, 1990, 2000, mostrou que apesar do termo “transexual” aparecer em 1.021 ocorrências (combinados todos os jornais e épocas), nenhuma notícia vinculada às mulheres e homens transexuais era de natureza denunciativa, ou seja, não houve em três décadas nestes jornais, notícias que relatassem casos de violência contra pessoas trans.

Os discursos e seus efeitos de sentido de antigamente em relação às mulheres trans e travestis repercutem nos discursos midiáticos atuais que, apesar de não utilizarem termos preconceituosos e permitir um espaço de visibilidade nos casos de violência, continuam perpetuando o desrespeito à comunidade transgênero, contribuindo para a perpetuação contínua de saberes sobre elas. Com base nisso, o cenário vigente modificou determinadas regularidades já disseminadas, permitindo um reaparecimento sutil e transformado desses aspectos.

Em razão disso, percebe-se que o falar sobre esses crimes pode trazer destaque para a causa trans, mas o fato de se falar sobre algo não quer dizer que será dito de forma respeitosa, podendo ocorrer a substituição do tratamento no masculino (o transexual e o travesti), mas não se reconhecendo os nomes sociais das vítimas; não realça os aspectos modificados nos corpos transgêneros, mas podem enfatizar a vestimenta utilizada durante os crimes como forma de sexualizar as vítimas.

Os dados vão ao encontro das análises efetuadas e colaboram para justificar a

relevância de voltarmos nossos esforços e pesquisas acadêmicas para a visibilidade e discussão acerca de uma mazela social que circula, controla e determina a vida de tantas pessoas. Em meio à barbárie de crimes cometidos contra mulheres transexuais e travestis, o modo como é noticiado os homicídios e agressões permitem que determinados sentidos e verdades sobre tal população sejam vinculados na sociedade. Como o discurso midiático sobre estes crimes são construídos? O que é dito sobre a vida e a morte dessas pessoas? Que regularidades enunciativas permeiam esses discursos?

#### **4. Discurso e gênero: intersecções entre M. Foucault e J. Butler**

Em concomitância aos estudos de Pêcheux, o filósofo M. Foucault (1926-1984) também se volta para o discurso, ampliando as análises de seu aparecimento e funcionalidade na produção e consolidação de saberes ao longo da história. Sua Arqueologia não se interessa por descobrir a gênese de um discurso na história, não consiste em analisar cronologicamente os discursos e suas evoluções, mas em selecionar precisamente um recorte histórico “a fim de obter as condições de emergência dos discursos de saber em uma determinada época.” (REVEL, 2005, p. 16).

Assim, investiga as condições de emergência dos discursos que formaram os saberes, como a medicina, a biologia, a economia. Entende-se que na ordem do discurso, sua produção na sociedade é “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos” (FOUCAULT, 2014, p. 8).

Por conseguinte, há uma rede complexa de práticas não discursivas que possibilitam, excluem, controlam, modificam, interditam e validam os discursos responsáveis pela configuração de um saber local e seu status de verdade. Nesse sentido, caberia à análise arqueológica evidenciar como o discurso

como prática que se dirige a um certo campo de objetos, que se encontra nas mãos de um certo número de indivíduos estatutariamente designados, que tem, enfim, de exercer certas funções na sociedade, se articula em práticas que lhe são exteriores e que não são de natureza discursiva (FOUCAULT, 2020, p. 201).

O filósofo compreende o discurso como um conjunto de enunciados pertencentes a mesma formação, ou seja, que são regidos pelas mesmas regras de constituição. Entretanto, enunciado não se iguala à palavra, proposição ou frase; o enunciado não é a língua, mas se utiliza dela para a concretização do discurso, ou seja, “a língua é, portanto,

a materialidade constitutiva, a substância que possibilita ao discurso selecionar, escolher e combinar os signos na produção dos enunciados” (LOPES, 2018, p. 30).

Sendo assim, o enunciado não é estrutura, muito menos unidade, não é reduzido ao signo linguístico e suas manifestações, mas é um acontecimento simultaneamente ligado à escrita/palavra, ao seu status material (memória), sua abertura à repetição/transformação e a enunciados predecessores e sucessores (FOUCAULT, 2020).

Por se tratar de acontecimentos, os enunciados emergem no decorrer da história conforme os ditames discursivos e não discursivos que possibilitam seu aparecimento, modificação, permanência e apagamento. Dessa forma, uma regularidade enunciativa corresponde à possibilidade que determinados enunciados têm de se repetirem, em momentos históricos diferentes, sendo modificados ou não conforme a época em que retoma o seu aparecimento enunciativo.

Assim, “pensamentos, ditos e práticas se articulam de modo a produzir as regularidades, que [...] estabelecem discursos e estes terminam por legitimar a verdade de cada momento histórico” (LOPES, 2018, p. 18). As regularidades regulam as condições enunciativas do período, possibilitando ou não que um enunciado de outrora reapareça segundo as especificidades sociais e discursivas do momento.

Além disso, a regularidade também corresponde ao fato de que não há enunciados que não sejam perpassados por outros, ou seja, “não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistência, efeitos de série e sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (FOUCAULT, 2020, p. 121). O próprio campo de existência do enunciado é formado por outros que o completam, modificam, contradizem, ressignificam.

Portanto, notícias midiáticas contemporâneas acerca de crimes contra mulheres trans e travestis podem possuir regularidades enunciativas que foram materializadas e difundidas nos discursos e saberes ao longo da história. Sendo assim, as regularidades que constituíram discursos em relação ao corpo, identidade, vestimentas, comportamentos e sexualidade das transgêneros podem ser retomadas na contemporaneidade, assumindo novas formas de aparecimento e produzindo antigos e novos sentidos sobre essa comunidade. A associação de mulheres trans e travestis à prostituição, a contínua sexualização de seus corpos, o apagamento sutil dos laços afetivos entre elas e seus cônjuges e a falta de credibilidade e reconhecimento de suas falas e sofrimentos configuram as principais regularidades discursivas encontradas nas

notícias analisadas.

Sendo o discurso caracterizado por um conjunto de enunciados que pertencem a uma mesma formação discursiva, esta formação agruparia em discursos os enunciados que seguissem as mesmas regras de funcionamento, produção, circulação etc. O discurso só seria visível e passível de aparecer na superfície, além de se multiplicar e consolidar na esfera discursiva, se as condições próprias da época permitissem o seu aparecimento.

Para Foucault (2020), os sujeitos ocupam determinados espaços e status conforme as posições que assumem no discurso. De acordo com o filósofo, o sujeito é constituído no discurso, pois este é um espaço vazio a ser ocupado por indivíduos diferentes dependendo de quem fala, de onde fala, para quem se fala e do que se fala. O sujeito não é “o fundador do pensamento e do objeto pensado” (BRANDÃO, 2012, p. 34); não é a origem dos discursos, mas é constituído pelo(s) discurso(s): o sujeito produz determinado discurso a partir da posição que ocupa dentro deste discurso, não sendo ele a origem do mesmo, pois, ao mesmo tempo em que produz, o sujeito também é efeito do discurso.

Como efeito, entende-se que o ser sujeito é formado a partir das relações de poder que permeiam os discursos, assim sendo, o sujeito só se constitui como tal a partir das práticas discursivas e de outros discursos que sustentam e possibilitam os seus enunciados. Rompendo com a visão de um sujeito preexistente ao discurso, “o sujeito é uma função vazia, um espaço a ser preenchido por diferentes indivíduos que o ocuparão ao formularem o enunciado [...]” (BRANDÃO, 2012, p. 35).

Para exemplificar, o site de notícias G1 ao noticiar a prisão do suspeito de assassinato de uma adolescente trans, formulou o enunciado A jovem se identificava como Pietra Valentina. O uso da expressão *se identificava* não reconhece o nome social adotado por Pietra, pois *se chamava* e *se identificava* produzem sentidos diferentes. O segundo termo serve como para realçar a condição de ser trans, destacando que o seu nome não está em conformidade com o seu sexo e gênero atribuídos ao nascer.

Desse modo, o sujeito enunciador do G1 produziu este discurso, mas sua colocação é efeito de uma rede múltipla de discursos médicos, jurídicos e sociais que perpetuaram uma visão preconceituosa sobre a identidade trans, sempre associando sexo biológico às condições de existência dos indivíduos.

Visto que o sujeito se constitui por meio dos discursos, Butler (2021) também se volta para o discurso para fundamentar sua teoria em relação à formação das identidades

de gênero. Em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Butler (2021) argumenta que não há sexo que não seja gênero, ou seja, os corpos já são generificados, cristalizando-se de tal modo que se acredita que seja algo natural e que sempre esteve lá.

Se Foucault não vê o sujeito como preexistente ao discurso, mas constituído por ele, Butler faz o mesmo com as identidades, pois estas são construídas no/pelo discurso (SALIH, 2019). Sendo assim, essa generificação dos corpos, os gêneros atribuídos e normalizados socialmente ocorrem por meio do discurso, pois “nós, como sujeitos, não criamos ou causamos as instituições, os discursos e as práticas, mas eles nos criam ou causam, ao determinar nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero” (SALIH, 2019, p. 21).

São os discursos que definem as possibilidades das configurações de gênero, mas Butler (2021) acrescenta que “isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada” (p. 30). Estes limites seriam estabelecidos com base nos discursos culturais hegemônicos sustentados por estruturas binárias, permitindo que apenas as configurações de gênero adotadas e colocadas em prática pela sociedade fossem classificadas como realizáveis e aceitas (BUTLER, 2021). Logo, só nos tornaríamos sujeitos ao assumir uma das identidades generificadas que são construídas para e por nós “no interior das estruturas de poder existentes” (SALIH, 2019, p. 10).

Contudo, a constituição do sujeito e sua identidade de gênero não ocorreriam de forma definitiva ao nascer, pois Butler argumenta que a construção é um processo que se dá no e pelo discurso a partir de uma sequência de atos realizada por esses sujeitos: o sujeito não é gênero, mas faz o gênero por meio de atos que constroem a sua identidade. À teoria de um gênero executado, Butler define como performatividade, em que “o gênero é um ato ou uma sequência de atos que está sempre e inevitavelmente ocorrendo, já que é impossível alguém existir como um agente social fora dos termos do gênero” (SALIH, 2019, p. 68).

Como o sujeito possui o sexo/gênero construído pelo discurso de matriz heterossexual, a performatividade diz respeito a como esse sujeito irá reconhecer e fazer o seu gênero. Entende-se que fazer o gênero é a forma como a pessoa irá portar-se perante essa “generificação”, seguindo as normas vigentes e tidas como naturais acerca do seu gênero ou irá subverter essa ordem e o molde discursivo e “generificado” a qual é

modelado (SALIH, 2019, p. 74).

Em vista disso, os sujeitos que não realizam o seu sexo/gênero estão subvertendo os ditames sociais e discursivos acerca do corpo e identidade estabelecidos. Isso ocorre com os gays, lésbicas e transgêneros. Como visto anteriormente, mulheres trans e travestis não se identificam com o sexo/gênero atribuído, não os reconhecendo e, assim sendo, a performatividade de gênero delas não segue o que é esperado. O gênero é, assim, um projeto cuja finalidade é a “sobrevivência cultural [...] os gêneros distintos são parte do que humaniza os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero.” (BUTLER, 2021, p. 241).

Portanto, é perceptível que as mulheres trans e travestis femininas são alvos frequentes dessa cultura punitiva, seja por meio da violência física ou dos discursos médicos, legais e midiáticos que não reconhecem suas identidades e medicalizam os seus corpos, classificando-as como doentes e anormais.

## 5. Análise e discussão das regularidades enunciativas

Para elaboração deste texto, foram analisadas 90 notícias sobre crimes contra travestis e mulheres trans ocorridos entre os anos de 2018 a 2021 no Brasil. O corpus da pesquisa concentrou-se nas notícias publicadas no website G1, procurando no sistema de buscas pelos termos e expressões: “transfobia”; “assassinato de travesti”; “homicídio de travesti”; “agressão à travesti”; “crime brutal contra travesti”; “travesti morta”; “travesti assassinada”; “assassinato de transexual”; “homicídio de transexual”; “agressão à transexual”; “crime brutal contra transexual”; “morte de transexual”; “transexual morta”; “mulher transexual assassinada” e “mulher trans assassinada”.

Optou-se pelo site G1 devido a sua influência nacional e internacional no ramo da comunicação, além da grande quantidade de notícias acerca de travestis e transexuais encontradas no seu domínio. Ademais, com o intuito de analisar as regularidades de determinado período de tempo, a escolha por um único site permite detectar e comparar as regularidades, percebendo sua consolidação e disseminação.

Para organização das análises, os enunciados foram enumerados seguindo a sequência E1, E2, E3 [...] E12. Abaixo, segue o quadro com os enunciados recortados:

**Quadro 1** – Regularidades encontradas nas notícias

Identificação	Enunciado	Ano	Fonte
	“O corpo da vítima que era conhecida como Larissa		

E1	Valverde e foi identificada como Luiz Henrique Ferreira, de 24 anos, foi encontrado na madrugada desse domingo (2) [...]"	2017	G1 Mato Grosso
E2	"Márcia, que se declarava travesti [...]"	2021	G1 Ribeirão Preto e Franca
E3	"A Polícia Civil prendeu um homem pelo assassinato a facadas de uma travesti."	2018	G1 São Paulo
E4	"Continuam as investigações da agressão de uma transexual no município de São Luís Gonzaga, a 258km da capital."	2020	G1 Maranhão
E5	"O suspeito ainda colocou no ânus da vítima uma embalagem que seria de desodorante. Uma amiga da vítima disse que ela fazia programas."	2017	G1 Mato Grosso
E6	"Natasha Galvão tinha 26 anos e foi morta na Rua Cabo Verde, na esquina com a Avenida Leste Oeste. O local é conhecido por ser um ponto de prostituição."	2021	G1 Norte e Noroeste
E7	"Apesar de o caso ter sido registrado como tentativa de roubo, Jéssica diz ter certeza de que sofreu discriminação."	2018	G1 Distrito Federal
E8	"[...] a estudante transexual Eva Alves Maria, de 19 anos, diz que foi vítima de preconceito e machismo."	2020	G1 Ribeirão Preto e Franca
E9	"O companheiro de Bruna, que terá a identidade preservada."	2019	G1 Ceará
E10	"Companheiro de mulher trans encontrada morta é preso suspeito do assassinato, no Recife."	2021	G1 Pernambuco
E11	"Cozinheira transexual é encontrada assassinada e nua em quarto na casa dela em MT."	2018	G1 Mato Grosso
E12	"Ela estava apenas com a parte de cima de uma lingerie e sandálias de salto alto."	2021	G1 Goiás

**Fonte:** Elaboração própria.

Após a leitura de todas as notícias, buscaram-se por regularidades enunciativas presentes na i) descrição do crime; ii) descrição da vítima e iii) descrição de relatos. As regularidades poderiam ser: i) verbos; ii) expressões (substantivos, adjetivos); iii) terminologia e iv) marcas de preconceito.

De modo geral, as regularidades percebidas são do tipo: associação de mulheres trans e travestis à prostituição, a sexualização de seus corpos, o apagamento sutil dos

laços afetivos entre elas e seus cônjuges, a objetificação de suas identidades, a falta de credibilidade e reconhecimento de suas falas/sofrimentos configuram as principais regularidades discursivas encontradas nas notícias analisadas. Faz necessário explicitar que as categorias enunciativo-discursivas não são fixas e unívocas, mas se relacionam, permitindo que as regularidades sejam perpassadas por mais de uma categoria.

Como dito anteriormente, todos os enunciados foram recortados do site de notícias G1 – O portal de notícias da Globo. As notícias selecionadas envolviam casos de homicídios (concretizados ou tentados), agressões físicas e violência verbal contra as vítimas. Em E1, o enunciado foi recortado da notícia de assassinato de Larissa Valverde (24) em julho de 2017. A vítima foi morta no estacionamento de um supermercado na cidade de Sorriso – MT. O crime possuía requintes de crueldade, em que se utilizou uma chave de fenda para assassinar Larissa.

O segundo enunciado, E2, faz parte da notícia de assassinato de Márcia (42) em abril de 2021. O corpo da vítima foi encontrado em casa com marcas de violência e em estado avançado de decomposição. O terceiro enunciado selecionado foi recortado da notícia de prisão do suspeito de assassinar Priscila (25) em outubro de 2018 em São Paulo. Priscila morreu esfaqueada em um bar após uma discussão com o suspeito.

Em sequência, o enunciado E4 diz respeito às agressões sofridas por Natasha Nascimento (29) em setembro de 2020. Natasha foi agredida por cinco pessoas ao retornar de uma festa em São Luís Gonzaga – MA. A vítima teve seis costelas quebradas, sendo internada na UTI e recebendo ajuda de aparelhos para respirar. Segundo a notícia, o caso era investigado como possível caso de transfobia. Ainda na descrição do corpus, o quinto enunciado advém da mesma notícia do assassinato de Larissa Valverde em Mato Grosso. Além da chave de fenda utilizada para matar a vítima, o assassino utilizou uma embalagem de desodorante para violentar Larissa.

Em seguida, E6 foi recortado da notícia do assassinato de Natasha Galvão (26) em junho de 2021 no Paraná. Segundo a reportagem, Natasha foi morta com um tiro no peito que atravessou suas costas. Já o sétimo enunciado foi retirado da notícia de agressão sofrida por Jéssica Oliveira (28) em abril de 2018 no Distrito Federal. A vítima foi agredida com socos, pontapés, pauladas e cadeiradas por quatro pessoas em uma lanchonete.

Em E8, Eva Alves Maria (19) foi agredida por um grupo de homens no município de Franca – SP. Segundo o seu relato, as agressões começaram depois que Eva interveio para defender uma mulher que estava sendo ameaçada por um rapaz. O caso ocorreu em março de 2020 em uma praça de Franca. A vítima foi agredida com uma ripa de madeira, além de ter que entrar em luta corporal com um dos agressores para se defender.

Ademais, E9 foi recortado da notícia de assassinato de Bruna (26) em setembro de 2019. Bruna foi morta a tiros enquanto tomava banho em sua casa na cidade de Chorozinho – CE. Já em E10, o caso noticiado foi a prisão em flagrante do assassino de Kalyndra Selva Guedes Nogueira da Hora (26). O assassinato por asfixia ocorreu em junho de 2021 em Recife – PE.

Em seguida, E11 foi encontrado na notícia do assassinato de Lorhany Kalarhary (29) em Querência – MT. A vítima foi morta com nove facadas em outubro de 2018. Por fim, o último enunciado advém da notícia de assassinato de Hevelyn Montine Santos (30) em Rio Verde – GO. O crime ocorreu em setembro de 2021, sendo a vítima encontrada com marcas de tiros às margens de uma rodovia.

Uma das maiores conquistas adquiridas pelos sujeitos transgêneros é o nome social. Para o Manual de Comunicação, “o nome social é aquele escolhido por travestis e transexuais de acordo com o gênero com o qual se identificam, independentemente do nome que consta no registro de nascimento.” (Reis; Cazal, 2021, p. 57). O nome social é a garantia e reconhecimento da cidadania de pessoas transgênero, ao passo que oficializa o seu nome perante a sociedade, consolidando a sua identidade de gênero. Em março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a retificação do registro civil para homens e mulheres transexuais e travestis ocorresse de forma desburocratizada, sem demanda judicial, nos próprios cartórios, por meio de autodeclaração –, sem limite de idade (respeitando a maioridade civil e a representação dos responsáveis no caso das pessoas menores de idade), não sendo necessária tanto a apresentação de laudos psicológicos e psiquiátricos quanto a cirurgia de readaptação sexual. (Reis; Cazal, 2021, p. 66).

Percebeu-se, ao analisar o corpus, que as notícias apresentavam regularidades ao apresentar/nomear as mulheres trans e as travestis. Deste modo, o enunciado E1 O corpo da vítima que era conhecida como Larissa Valverde e foi identificada como Luiz Henrique Ferreira, de 24 anos, foi encontrado na madrugada desse domingo (2), ao indicar

o nome de registro da vítima, silencia sua identidade travesti e retoma seu sexo/gênero atribuído. Percebe-se que o jornal ainda a trata no feminino em identificada, mas logo em seguida apresenta Larissa a partir do seu antigo nome, ou seja, o que ainda é levado em consideração é sua condição biológica, a genitália, e um documento de certidão. Além disso, o site G1 também produz regularidades enunciativas no modo como apresenta os nomes sociais das travestis e mulheres trans. Nesse caso, o enunciado era conhecida como Larissa não nomeia corretamente a vítima, pois os sentidos produzidos com “conhecida” são diferentes de “se chamava”. Quando nos deparamos com o termo “conhecida”, o sentido produzido é que o nome Larissa Valverde era apenas um apelido, algo informal e utilizado apenas por pessoas próximas e, portanto, não tem a mesma carga significativa de um nome oficial e legítimo.

O mesmo ocorre em E2 Márcia, que se declarava travesti. Percebe-se que por se declarava, o enunciado produz um sentido de que Márcia não era travesti, mas sim se passava ou assumia a figura de travesti. O efeito de sentido atinge a construção da identidade de Márcia e serve para complementar e explicar o seu nome, ou seja, ela só se chama Márcia, no feminino, por ter se declarado travesti. Há diferença de sentido entre era travesti e se declarava travesti, pois o primeiro representa um termo definitivo e constitutivo, e o segundo ocupa-se em explicar sua identidade perante a sociedade e desvincular o site de notícias como produtora ou apoiadora de tal terminologia. Além disso, o uso desta expressão não legitima sua identidade de gênero, já que o ato de se declarar remete a algo pessoal, ou seja, Márcia que “optou” por essa “escolha”, mas o que é levando em consideração ainda é o seu gênero atribuído.

Deste modo, os discursos perpetuados demonstram a dificuldade que mulheres transexuais e travestis ainda sofrem em relação à conquista e utilização de seus nomes sociais. Assim, produziu-se uma regularidade enunciativa em relação à apresentação e nomeação de mulheres transexuais e travestis, como é nítido em outros enunciados analisados, por exemplo: que se declarava transexual, se identificava pelo nome, conhecida como. Também foi possível detectar o uso dos nomes de registro das vítimas nas notícias em um ato de apagamento de identidade e individualidade.

Em E3, A Polícia Civil prendeu um homem pelo assassinato a facadas de uma travesti, a regularidade percebida consiste na objetificação do corpo transgênero. Durante a análise das notícias, notou-se que os textos jornalísticos raramente se referiam ao nome

da vítima no relato do crime, pois a identificação das mulheres trans e das travestis ocorria por meio das expressões a transexual/a travesti; da transexual/da travesti. Houve notícias em que apenas ao final do relato era informado ao leitor qual era o nome da pessoa morta/agredida/violentada. Sendo assim, há um afastamento emotivo produzido por essa regularidade de tratar as vítimas apenas pelas categorias transexual e travesti, ou seja, há uma generalização ao tratar dos corpos transgêneros, excluindo suas identidades e particularidades e agrupando-os conforme estas categorias. Os sentidos produzidos em E3 com “de uma travesti” geram um apagamento de suas personalidades, não tratando as vítimas como sujeitos passíveis de comoção, já que a transexual/a travesti não conecta o leitor a pessoas específicas.

Isto também acontece em E4: Continuam as investigações da agressão de uma transexual no município de São Luís Gonzaga, a 258km da capital. Aqui, o corpo transgênero também é objetificado ao utilizar a expressão de uma transexual, pois retira a singularidade do corpo agredido e produz o sentido de que as travestis e mulheres trans já são destinadas à violência, então não há a necessidade de especificar quem foi, portanto, é apenas mais uma acrescentada a uma grande lista.

Em E5, O suspeito ainda colocou no ânus da vítima uma embalagem que seria de desodorante. Uma amiga da vítima disse que ela fazia programas, corresponde a uma regularidade de legitimação do crime. Como já posto no presente trabalho, os discursos acerca da identidade transgênero, principalmente das travestis, associavam os seus sujeitos à prostituição e erotização dos seus corpos. Rejeitadas por familiares, sem acesso à Educação Básica e sem oportunidade de emprego, as travestis compõe uma grande porcentagem das pessoas que se voltam para a prostituição com o intuito de sobreviver. Vítimas de uma sexualização que as destinam e classificam ao prazer e fetiche sexual, não é raro nos depararmos com notícias relatando agressões e mortes de travestis por clientes da prostituição que veem seus corpos como meros objetos sexuais, portanto, sem valor algum.

Assim, justificam os crimes alegando que estas pessoas não deveriam estar nessa situação e, se estão, o que acontecer com elas é inteiramente culpa delas que se colocaram nessa situação. O enunciado acima retrata essa legitimação de crimes e a associação da violência com o fato de ser garota de programa. Quando o enunciado diz que um objeto foi introduzido no ânus da vítima, o choque é instantâneo. Porém, a frase seguinte

funciona como justificativa deste fato e amenização do ocorrido, pois por ser garota de programa, a vítima já está acostumada com relações anais, portanto, isto seria um fato corriqueiro para a vítima. Além disso, a própria violência contém um viés punitivo e corretivo entrelaçado com a identidade de gênero da vítima, pois associam o sexo anal às travestis que se prostituem.

Semelhante acontece em E6, Natasha Galvão tinha 26 anos e foi morta na Rua Cabo Verde, na esquina com Avenida Leste Oeste. O local é conhecido por ser um ponto de prostituição. Aqui, a violência é posta como decorrente do lugar em que a vítima estava e sua possível participação neste ponto, já que os sentidos produzidos neste enunciado é que se ela foi morta em um ponto de prostituição, logo ela era prostituta e foi morta por algum cliente. O enunciado apresenta o fato e logo em seguida traz a informação que se tratava de um local conhecido por prostituição para justificar a violência ao apresentar a relação entre a pessoa que foi morta e o espaço em que ela estava.

A falta de credibilidade da vítima também é uma regularidade observada nos discursos do G1. Em E7, Apesar de o caso ter sido registrado como tentativa de roubo, Jéssica diz ter certeza de que sofreu discriminação, o uso da expressão diz ter certeza emite um sentido de falta de veracidade da vítima tanto em seu relato quanto em relação à própria violência sofrida. Entende-se que suas identidades já são colocadas em dúvida, o mesmo ocorre com suas falas. Além disso, a ênfase em apesar ao tratar o caso contribui para o sentido de incerteza gerado pelo enunciado. Percebe-se a diferença em diz, afirma, relata para diz ter certeza: os primeiros fortalecem e corroboram para a denúncia de violência, possibilitando que a vítima retrate o que viveu, mas, a terceira expressão produz uma imagem da vítima como errônea e passível de cometer erros, não sabendo distinguir com certeza sobre o que presenciou.

Por conseguinte, E8 com a estudante transexual Eva Alves Maria, de 19 anos, diz que foi vítima de preconceito e machismo também apresenta a regularidade apresentada. O enunciado foi produzido e circulado pelo G1 em 2020 e informa o leitor sobre a violência sofrida por Eva Alves Maria em uma praça no município de Franca-SP. No seu relato, ao informar que sofreu um ataque transfóbico, o jornal utilizou a expressão diz que foi. Além de colocar a vítima em posição de desconfiança e dúvidas, as locuções verbais utilizadas pelo G1 também produzem um sentido de amenização: Você tem certeza que foi transfobia? Você não está equivocada? Não poderia ser apenas uma agressão repentina

e com outra justificativa? Isto acontece apesar das vítimas e/ou testemunhas indicarem elementos de cunho transfóbico, como xingamentos e ofensas voltadas para suas identidades de gênero.

A quinta regularidade destacada corresponde ao apagamento dos vínculos afetivos das travestis e mulheres transexuais. Como suas identidades rompem com a matriz reguladora e binária, suas relações afetivas também não correspondem às normas, sendo deslegitimadas e amenizadas, pois não se enquadram ao conceito de amor/paixão que apenas os sujeitos biologicamente mulheres e homens podem manter. E9 diz respeito ao enunciado O companheiro de Bruna, que terá sua identidade preservada e E10 corresponde a Companheiro de mulher trans encontrada morta é preso suspeito do assassinato, no Recife.

Tanto E9 quanto E10 utilizam o termo companheiro para atenuar o status do relacionamento, auxiliando no apagamento e encobrimento dos vínculos afetivos entre o casal. Apesar das tragédias noticiadas, não podemos negar que o uso de companheiro ameniza a relação entre a mulher transexual e o homem. Percebe-se que termos como namorado, marido, esposo, entre outros, asseguram a credibilidade do relacionamento, configurando uma posição fixa e respeitada de estado civil. Entretanto, companheiro elucida uma posição vaga/ incerta, em que não se define o tipo, a intensidade e legitimação do relacionamento. A posição companheiro também produz um sentido de relação informal, como se o homem assumisse um status maior de amigo/colega/parceiro do que namorado, marido e esposo.

Por fim, a última regularidade observada corresponde à sexualização dos corpos das travestis e mulheres trans. A partir das notícias e seus enunciados, constatou-se uma forte sexualização das vítimas em relação a como os seus corpos foram encontrados em decorrência dos crimes. Pode-se detectar a produção de enunciados com sentidos de sexualizar os corpos a partir das vestimentas que as transexuais e travestis estavam utilizando no momento em que foram achadas, além de focar na nudez das vítimas. Em E11, Cozinheira transexual é encontrada assassinada e nua em quarto na casa dela em MT, qual era a necessidade de relatar, já na manchete da notícia, que ela foi encontrada nua? Percebe-se ainda que a manchete dá ênfase maior ao fato dela estar nua, pois ela não foi encontrada apenas assassinada, mas nua. Sabe-se que o fato dela estar nua pode ser um indicativo de abuso sexual, mas destacar o fato de estar nua já na manchete traz um

ar apelativo, sexualizado e chamativo, como forma de atrair o leitor para abrir e ler o texto. Aqui, o que chama mais atenção é o fato de a vítima estar nua do que ter sido morta, pois o uso do e unindo assassinada a nua indica duas informações diferentes, elas não se completam, mas apresentam duas significações distintas.

O último enunciado analisado é ainda mais explícito em relação à sexualização do corpo da vítima. E12 apresenta: Ela estava apenas com a parte de cima de uma lingerie e sandálias de salto alto. Faz-se necessária a pergunta: qual foi o propósito deste detalhe a não ser criar uma imagem sexualizada da vítima mesmo morta? Os efeitos de sentidos produzidos é que mesmo brutalmente assassinada, uma mulher transexual ainda será associada a aspectos sexuais, servindo de representação do estereótipo em relação à comunidade transgênero. O foco nos aspectos das vestimentas produz uma imagem mental sexualizada desse corpo, pois lingerie e salto alto são apetrechos associados a uma imagem sensual, provocante e sexy. A expressão apenas ressalta mais uma vez o fato de que a mulher vestia poucas peças, insinuando a exposição de sua genitália, já que não vestia nada da cintura para baixo

### **Considerações finais**

O levantamento dos dados anteriores proporcionou um indicativo em relação à cristalização de sentidos negativos e pejorativos atribuídos às mulheres transexuais e travestis no Brasil. Além da violência explícita a qual estão continuamente expostas, notou-se que os sentidos discursivos em torno do corpo e da identidade *trans* também carregam traços de uma violência que passa despercebida. Alvos de processos de medicalização dos seus corpos, além de movimentos de exclusão social, financeira e educacional, sujeitos transgêneros foram e são paulatinamente alocados às margens de uma sociedade binária que não viabiliza suas existências.

Conclui-se que as regularidades contemporâneas continuam propagando invisibilidades e preconceitos em relação às travestis e transexuais. Definidas conforme o sexo biológico, travestis e mulheres transexuais lutam pela garantia de uso dos seus nomes sociais, mas, como foi possível identificar, as narrativas midiáticas ainda propagam seus nomes de registro, desrespeitando suas identidades de gênero e constituindo uma regularidade em relação à associação entre aspectos biológicos e os gêneros. Já em relação aos seus corpos, a contínua associação de mulheres transexuais

e travestis à prostituição corrobora para produção de enunciados e discursos que sexualizam seus corpos, apelando para insinuações sexuais nos modos como seus corpos foram encontrados. Sob o mesmo viés da prostituição, as narrativas midiáticas produziram sentidos com o intuito de justificar os assassinatos e agressões ao fato das vítimas serem garotas de programa ou que estivessem em pontos de prostituição no local do crime. Deste modo, detectou-se uma regularidade no ato de legitimar o crime com base na profissão das vítimas, ou seja, se estavam nessa posição, possíveis violências possuem respaldos.

Por conseguinte, aspectos morais, afetivos e identitários também foram construídos em conformidade com regularidades enunciativas que não atribuíam credibilidade aos relatos das vítimas e às violências sofridas, além de apagarem os laços amorosos entre as vítimas e seus cônjuges e de suas identidades singulares, tratando travestis e mulheres *trans* como se estivessem destinadas aos atos violentos.

Em síntese, percebe-se a necessidade de discutir quais sentidos são produzidos em relação aos sujeitos transgêneros, lutando por transformações sociais que viabilizam melhorias em todos os feixes sociais os quais essas identidades existem e resistem. Nessa perspectiva, os dados e informações obtidos auxiliam a justificar a importância dessa pesquisa, já que é necessária a continuidade de se discutir a questão da violência contra a comunidade transgênero ao passo que esta continua sendo vítima de crimes violentos e cruéis.

O trabalho de análise de narrativas midiáticas acerca de crimes contra mulheres *trans* e travestis permitiu vislumbrar quais práticas discursivas e não discursivas são legitimadas acerca dessa comunidade, o que está enraizado e perpetuado no seio social. Quais dizeres e práticas se repetem e são tidos como verdadeiros sobre esse grupo minoritário. Desse modo, podemos conceber a violência contra transexuais e travestis como reflexo de determinados fatores históricos e culturais do Brasil.

## Referências

ASSOCIATION, A. P. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

- BENEVIDES, B. G. *Boletim nº 002-2021*. Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2021.
- BENEVIDES, B. G. *Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras*. Brasília: [s. n], 2022. Disponível em: <https://antrabrazil.org/assassinatos/>. Acesso em: 06 fev. 2022.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014[1970].
- LANZ, L. Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 5, p. 205-220, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17188>. Acesso em: 01 fev. 2022.
- LOPES, M. A. P. *A silhueta feminina entre pesos e medidas*. Araraquara: Letraria, 2018.
- OLIVEIRA, F. N. A. de. Gênero, cultura e o dispositivo da transexualidade: A formação da identidade travesti no Brasil. *Darandina Revisteletrônica*, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 1-20, jun. 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/darandina/files/2017/06/Artigo-Francine-Oliveira.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde: CID -10*. [S.I.: s.n.], 1998. Disponível em: [https://www.cremesp.org.br/pdfs/cid10\\_ultimaversaodisponivel\\_2012.pdf](https://www.cremesp.org.br/pdfs/cid10_ultimaversaodisponivel_2012.pdf). Acesso em: 28 jan. 2022.
- REVEL, J. *Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SALIH, S. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

TONI, R. & CAZAL, S. *Manual de comunicação LGBTI+*. 3. ed. Curitiba: [s.n], 2021. Disponível em: <https://appbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/01/manual-de-comunicacao-gaylatino-V-2021-WEB.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022

Sites referenciados:

80 pessoas transexuais foram mortas no Brasil no 1º semestre deste ano, aponta associação. **G1**, 07 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/07/80-pessoas-transexuais-foram-mortas-no-brasil-no-1o-semester-deste-ano-aponta-associacao.ghtml>. Acesso em: 08 nov. 2021.

DOIS anos após LGBTQfobia ser criminalizada pelo STF, lei enfrenta barreiras. *Correio Braziliense*, 28 jun. 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2021/06/4934222-dois-anos-apos-lgbtqfobia-ser-criminalizada-pelo-stf-lei-enfrenta-barreiras.html>. Acesso em: 08 nov. 2021.

LGBTFOBIA no Brasil: fatos, números e polêmicas. *Politize*, 05 out. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lgbtfobia-brasil-fatos-numeros-polemicas/>. Acesso em: 08 nov. 2021

STF permite criminalização da homofobia e da transfobia. **G1**, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>. Acesso em: 08 nov. 2021.

Notícias analisadas:

COMPANHEIRO de mulher trans encontrada morta é preso suspeito do assassinato, no Recife. *G1*, 19 jun. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/06/19/companheiro-de-mulher-trans-encontrada-morta-e-preso-suspeito-do-assassinato-no-recife.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2021.

COZINHEIRA transexual é encontrada assassinada e nua em quarto na casa dela em MT. *G1*, 30 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/10/30/cozinheira-transexual-e-encontrada-assassinada-e-nua-em0-quarto-na-casa-dela-em-mt.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2021.

ESTUDANTE transexual agredida em Franca, SP, diz que foi vítima de preconceito e machismo. *G1*, 04 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2020/03/04/estudante-transexual-agredida-em-franca-sp-diz-que-foi-vitima-de-preconceito-e-machismo.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2021.

POLÍCIA civil investiga mortes de transexual e de travesti em Ribeirão Preto, SP. *G1*, 12 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2021/04/12/policia-civil-investiga-mortes-de-transexual-e-de-travesti-em-ribeirao-preto-sp.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2021.

POLÍCIA investiga caso de transexual agredida ao sair de festa em São Luís Gonzala. *GI*, 06 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/10/06/policia-investiga-caso-de-transexual-agredida-ao-sair-de-festa-em-sao-luis-gonzaga.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2021.

POLÍCIA prende suspeito de matar travesti em SP e descarta intolerância e motivação política. *GI*, 31 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/10/31/policia-prende-suspeito-de-matar-travesti-em-sp-e-descarta-intolerancia-e-motivacao-politica.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2021.

TRANSEXUAL é agredida com pauladas e cadeiradas em lanchonete do DF. *GI*, 03 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/transexual-e-agredida-com-pauladas-e-cadeiradas-em-lanchonete-do-df.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2021.

TRAVESTI é encontrada morta com marcas de tiros às margens da GO-174, em Rio Verde. *GI*, 04 set. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/09/04/travesti-e-encontrada-morta-com-marca-de-tiro-as-margens-da-go-174-em-rio-verde.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2021.

TRAVESTI é morta a tiros enquanto tomava banho em residência na grande Fortaleza. *GI*, 20 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/09/20/travesti-e-morta-a-tiros-enquanto-tomava-banho-em-residencia-na-grande-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2021.

TRAVESTI é morta com requintes de crueldade em pátio de supermercado em MT. *GI*, 03 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/travesti-e-morta-com-requintes-de-crueldade-em-patio-de-supermercado-em-mt.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2021.

VINGANÇA motivou assassinato de transexual no Paraná, diz polícia. *GI*, 06 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2021/07/06/vinganca-motivou-assassinato-de-transexual-no-parana-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 26 out. 2021.